

# SINDÁGUA discute GDI

Nos dias 30 e 31 de outubro, todos os diretores do SINDÁGUA, da capital e também do interior, se reuniram em Belo Horizonte para discutir a GDI e seus resultados. Nestes dias de intenso trabalho, ficou clara a insatisfação geral dos trabalhadores da base com as medidas que têm sido adotadas pela atual administração da empresa. E não são poucos os motivos:

- ◆ Não participação dos trabalhadores nas discussões das metas da GDI;
- ◆ Não implantação das comissões paritárias em todos os distritos;
- ◆ Falta de divulgação das metas, indicadores e procedimentos da GDI para a avaliação de outubro;
- ◆ A empresa não esclareceu adequadamente os trabalhadores sobre o que cada um deveria fazer para que as metas fossem alcançadas;
- ◆ Detalhes da GDI só foram esclarecidos após divulgada a primeira avaliação;
- ◆ Distritos que possuem prêmios de qualidade ficaram abaixo da média da Copasa;
- ◆ Implantação da GDI sem a devida estruturação da empresa.

Com isso, na última sexta-feira o SINDÁGUA participou de uma reunião com a direção da empresa para buscar esclarecimentos, fazer questionamentos sobre a GDI, além de levar as sugestões da categoria.

O SINDÁGUA está buscando garantir a participação dos trabalhadores no processo da GDI e que aconteça, efetivamente, a paridade dentro das comissões de elaboração de suas metas. Isto acontece porque a Copasa descumpriu o Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda do nosso Acordo Coletivo de Trabalho 2003/2004 que determina **“A COPASA se compromete a constituir em cada um dos Distritos Operacionais, comissões paritárias, de caráter propositivo, constituídas por empregados indicados pelos Sindicatos e pela Empresa para discussão das metas propostas”**.

Apesar do acordo e dos esforços dos trabalhadores para participar das definições da GDI, os procedimentos são elaborados e implantados sem o conhecimento da categoria e dos sindicatos, que só tem acesso às resoluções definidas pela empresa.

## A união é a única vacina contra a GDI

Enquanto os trabalhadores ainda tentam entender o que significa a GDI, suas metas e indicadores, a Copasa já comemora os resultados. Em seu último informativo (nº 330), a direção da empresa define o desempenho como chave do sucesso institucional. Dentro das estratégias empresariais isso é muito verdadeiro. Mas os administradores da Copasa precisam entender que os resultados são formados por um batalhão composto de Josés, Marias, Pedros, Anas e muitos outros trabalhadores que estão diariamente contribuindo para o crescimento da empresa, desde os tempos onde GDI não significava mais do que três letras juntas. Estes mesmos trabalhadores, não querem ser classificados como 2,77% ou 4,8% de GDI sem ao menos terem a possibilidade de mostrar o seu valor, contribuindo para a definição das metas que eles já lutam por alcançar não é de hoje.

Quem conhece a história da Copasa sabe que, mesmo sem GDI, a empresa cresceu e

se desenvolveu muito com a participação dos trabalhadores e também dos sindicatos. A categoria já passou por diferentes formas de gestão e a recém implantada “competição saudável”, como a direção da empresa gosta de nomear, não conseguirá dividir os 10 mil trabalhadores que vêm ao longo dos anos fazendo dessa empresa uma das melhores companhias de saneamento do Brasil.

Na nossa última Campanha Salarial, a empresa não repôs integralmente as perdas salariais, o que vinha acontecendo nos últimos anos, e não ofereceu nenhum ganho real para os trabalhadores. Com isso, na maioria dos distritos, a GDI não irá cobrir nem mesmo as perdas passadas, quem dirá as acumuladas neste ano. Moral da história: em 2004, o que vai contar, mais uma vez, é a nossa mobilização para conseguirmos um aumento que reponha as nossas perdas e também incorporar as perdas da GDI aos nossos salários.

## Copasa faz economia com dinheiro do trabalhador

O Sindicato lembra que este percentual distribuído pela Copasa através da GDI não soma o total das nossas perdas salariais deste ano. Se a empresa tivesse dado o percentual restante dos 19,36% apurados pelo INPC, todos os distritos receberiam igualmente mais **4,36%, retroativos ao mês de maio/03**. Como a média da empresa é de **2,86%** e a maioria dos distritos ficou abaixo das nossas perdas salariais (4,36%), mesmo pagando a GDI, sobram recursos para a Copasa "premiar" as unidades de melhor desempenho, com investimentos nos distritos. Isso significa que a Copasa não está oferecendo nada além daquilo que é sua obrigação e ainda está fazendo economia com o dinheiro dos trabalhadores. As perdas que o trabalhador teve durante o período de um ano, que deveriam ser repostas pela empresa, agora são usadas para implantar uma competitividade entre os distritos, sem que os trabalhadores possam, pelo menos, entender o processo.

Em todo jogo, o mínimo que se espera dos competidores é que eles conheçam as regras, o que não aconteceu na implantação da GDI. Apesar do informativo nº 330 da Copasa colocar que “O importante é entender as regras do jogo. Depois é só ganhar”, a direção da empresa esqueceu que é preciso conhecer as regras ANTES de começar a jogar. Além disso, o jogador precisa saber qual é a sua função e qual será a estratégia adotada para que a competição seja a mais saudável possível. Depois de fazer as contas, resta saber quem realmente está ganhando no jogo da GDI e se os trabalhadores estão preparados para esta competição.

# Avanço da terceirização acaba com os compromissos sociais do Estado

“A política geral do Estado é acabar com a terceirização. Sobretudo na área de saúde, a terceirização é responsável por uma situação cada vez mais caótica.” A declaração é da secretária de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, Maria Emília Rocha Mello, que recebeu a direção do SINDÁGUA no dia 14 de outubro, quando tratou de assuntos vitais para os interesses dos trabalhadores e da Copasa.

Maria Emília lembrou os compromissos do governador de Minas de implementar um “choque de gestão” no Estado, ressaltando que isto não implica a busca de lucros mas de modernizar a gestão empresarial. Segundo a secretária, as empresas estatais devem cumprir seu papel de “empresa pública e de compromissos sociais”. Ao ser indagada sobre os riscos para qualidade dos serviços públicos representado pelo crescimento da terceirização, Maria Emília se disse “contra a terceirização de áreas fins”, considerando



*Maria Emília reunida com o SINDÁGUA*

aceitável a sua aplicação em áreas que “não são o negócio da empresa”. Teceu comentários sobre o necessário investimento em treinamento de pessoal e aproveitamento da mão de obra qualificada já existente. Neste aspecto, se mostrou avessa aos planos de desligamento, como o PAAV, “absolutamente contra processo de expulsar compulsoriamente as pessoas que completam 58 anos de idade”, como acontece na Copasa, por considerar que a empresa perde quadro técnico especializada que demandaria longos e custosos investimentos.

Quanto ao setor de saneamento ambiental, a secretária admitiu que a situação institucional em Minas é pior do que no Brasil. “O problema de esgoto em Minas é seriíssimo e não há recursos suficientes para enfrentá-lo”, diz Maria Emília. Considera que vão acontecendo na Copasa avanços que não aconteceram em outras empresas públicas, mas que o brutal enxugamento imposto para equilibrar finanças obrigam um esforço e parcerias que definam as diretrizes e princípios bem estabelecidos.

A secretária recebeu positivamente a sugestão de abertura de espaço institucionalizado para a participação do sindicato em processo de parceria no levantamento de propostas e ações para o setor de saneamento ambiental. “Devemos investir não em seminários, mas em reuniões de trabalho, para que consigamos marcos regulatórios mais transparentes nacionalmente, tanto nas estruturas estaduais quanto municipais”.

## SINDÁGUA participa de audiência sobre a concessão da Copasa em Barroso

No dia 30 de outubro, o SINDÁGUA esteve em Barroso participando da audiência na Câmara que definiria sobre a permanência da Copasa na cidade.

A presença do Sindicato foi ressaltada nos discursos dos vereadores, que parabenizaram o SINDÁGUA pela atitude em defesa dos trabalhadores e do saneamento ambiental como bem público. “Um dos objetivos do sindicato é defender os trabalhadores na sua base e o SINDÁGUA veio até Barroso defender seus associados”, disse o vereador Nilton Mateus.

Em sua fala, o presidente José Maria dos Santos defendeu a participação do sindicato na audiência, devido a preocupação da entidade com os trabalhado-

res e também com as questões relacionadas ao saneamento. José Maria falou ainda sobre a importância de se manter o saneamento público, pois se hoje existem queixas sobre as tarifas cobradas, se os serviços forem privatizados a tendência é aumentar esses valores e piorarem os serviços, como já aconteceu em vários locais.

Sabemos que a discussão sobre saneamento é extremamente importante. Porém, o SINDÁGUA defende que ela seja feita de forma séria, visando o bem estar da população e a universalização dos serviços. Um tema que é sinônimo de vida e saúde não pode ser utilizado como instrumento político.

**Entenda o caso de Barroso:** Até 1997, a prefeitura tratava a água de Barroso. Houve um surto de hepatite na cidade e o prefeito da época, José Bernardo Menegin, decidiu fazer um contrato com a Copasa para o tratamento da água, que foi aprovado por 11 dos 13 vereadores do município. Em alguns lugares já havia uma estrutura pronta, avaliada pela prefeitura em 6 milhões de reais. Esse valor foi revertido em subsídio para a população de baixa renda cadastrada pela prefeitura.

No mês de maio de 2003, alguns cidadãos do município assinaram um projeto de lei de iniciativa popular, nº 001/2003, organizado por políticos e futuros candidatos a vereadores, que defendiam a rescisão do contrato com a Copasa. A população não tem queixa sobre os serviços oferecidos pela companhia, mas alega que as tarifas cobradas pela empresa são muito altas e que a prefeitura deve fazer o recadastramento das pessoas que não têm condições de pagar a conta de água. Os vereadores pediram a suspensão do projeto 001/2003 por 60 dias, para que fosse realizado um plebiscito com toda a população de Barroso sobre a permanência ou não da empresa no município. Em agosto, o prazo venceu e o projeto voltou à Câmara, sem que fosse realizado plebiscito por falta de recursos.

Na primeira votação, dia 30 de outubro, o projeto recebeu 07 votos a favor da permanência da Copasa e 06 contra. O mesmo resultado foi obtido no segundo turno, dia 03 de novembro. Com isso, o projeto deverá ser arquivado.

# EDITORIAL

## Concessões da Copasa viram cavalo de batalha eleitoral

Os processos de concessão de serviços públicos são fundamentais para a administração pública. No entanto, a falta de transparência e a influência política podem comprometer a qualidade dos serviços e a eficiência da gestão.

Os processos de concessão de serviços públicos são fundamentais para a administração pública. No entanto, a falta de transparência e a influência política podem comprometer a qualidade dos serviços e a eficiência da gestão.

Os processos de concessão de serviços públicos são fundamentais para a administração pública. No entanto, a falta de transparência e a influência política podem comprometer a qualidade dos serviços e a eficiência da gestão.

Os processos de concessão de serviços públicos são fundamentais para a administração pública. No entanto, a falta de transparência e a influência política podem comprometer a qualidade dos serviços e a eficiência da gestão.

Os processos de concessão de serviços públicos são fundamentais para a administração pública. No entanto, a falta de transparência e a influência política podem comprometer a qualidade dos serviços e a eficiência da gestão.

## RECRUTAMENTO AMPLO

# Proposta ameaça cargos administrativos de carreira

Os processos de concessão de serviços públicos são fundamentais para a administração pública. No entanto, a falta de transparência e a influência política podem comprometer a qualidade dos serviços e a eficiência da gestão.



Esta proposta ameaçadora foi sugerida pelo Advogado Geral do Estado, José Bonifácio Borges de Andrade.

A sugestão surgiu na Assembléia Geral Extraordinária da COPASA, realizada no dia 17 de setembro, cuja ata foi publicada dia 24 de outubro pelo Jornal "Estado de Minas".

Algumas perguntas vitais devem ser respondidas para identificar os reais propósitos e as implicações da sugestão inusitada de um "procurador geral" em assembléia interna da COPASA.

1. O que impediria a ocupação de cargos não operacionais aos funcionários de carreira dentro da COPASA?
2. Por quê se deveria recrutar funcionários fora da empresa para superintendências, tendo-se em vista o alto padrão técnico dos profissionais da COPASA, desconsiderando todo o investimento em qualificação e treinamento acumulados em longos anos de experiência na atividade?
3. O que motiva uma pessoa de fora, que não conhece as atividades e as especificidades técnicas dos serviços prestados pela COPASA a sugerir mudanças nocivas para a organização do quadro de profissionais da empresa e a criar uma porta de entrada escancarada para contratação sem concurso público?
4. Que tipo de compromisso teria com a COPASA e quais as responsabilidades poderiam responder profissionais de recrutamento amplo, que se caracterizariam como

funcionários passageiros, ao sabor da vontades e caprichos de cada nova administração na empresa.

5. O Plano de Carreiras, Cargos e Salários será literalmente abandonado? Com o recrutamento amplo para cargos não operacionais, certamente teríamos apenas "gente de fora" gerenciando todos os setores da empresa. Seus compromissos não seriam internos e gradativamente os setores operacionais estariam todos entregues a terceirizados.

6. O que a empresa tem a dizer do PCCS, que está sendo discutido e que precisa ser submetido aos trabalhadores e homologado nas instâncias competentes?

Infelizmente, a empresa vem sendo ameaçada sistematicamente com propostas e medidas que desrespeitam os estatutos internos, a Constituição e até mesmo princípios éticos. As medidas visam escancarar a empresa para a iniciativa privada, solapando os interesses e direitos dos trabalhadores e colocando em risco o caráter social dos serviços de saneamento prestados ao povo.

Está clara a necessidade da mobilização dos trabalhadores em todo o Estado, denunciando as práticas prejudiciais à empresa e aos interesses da sociedade. O SINDÁGUA repudia as propostas que ferem os princípios transparentes da organização e administração da COPASA e convoca todos os companheiros para reafirmarem a luta na defesa da empresa como um patrimônio público.

### JORNAL DO SINDÁGUA

Presidente: José Maria dos Santos - Diretor de Comunicação: Juarez Eduardo de Souza - Edição: José Geraldo Ribeiro - MG 02717 JP - Redação: Janaina da Mata - Diagramação: Luiz Carlos Nicolau - Tiragem: 9.000 exemplares Impressão: Fumarç

SINDÁGUA MG - Rua Congonhas, 518 - Sto. Antônio - Belo Horizonte-MG - CEP 30330-100  
Telefone: (031) 3297-7227 Fax: (031) 3297-7224 - Home page: [www.sindagua.com.br](http://www.sindagua.com.br) - e-mail: [sindagua@uol.com.br](mailto:sindagua@uol.com.br)

# SINDÁGUA

REGISTRO

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Pur. e Distrib. de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - 06 de novembro de 2003 - nº 192



## TERCEIRIZAÇÃO AMEAÇA O SANEAMENTO AMBIENTAL

### Plano de Cargos

#### Volta a luta contra o "paraquedismo"

Apesar de prevista no Acordo Coletivo de Trabalho assinado pela empresa neste ano, a direção da empresa continua fazendo vistas grossas para a participação dos representantes dos trabalhadores nos estudos para a regulamentação do novo PCCS.

Quem acompanhou os planos elaborados no passado sabe que, mesmo com todo o apuro, depois das aprovações foram verificados vários problemas como descrições de funções incompletas ou equivocadas e erros de enquadramento. Sabe também que sempre procuramos entender que o PCCS deve ser um documento passível de atualizações e modernização, acompanhando evoluções tecnológicas e o desenvolvimento da própria empresa.

Quando negociamos para implantar um PCCS na COPASA, lutávamos contra as indicações políticas para preenchimento de vagas dentro da empresa. Nosso slogan em favor do PCCS era "Fora paraquedismo", prática política que fazia cair dentro da empresa empregados sem concurso público e que tinham apenas a velha força do "QI" (quem indica).

Não podemos permitir que o PCCS seja destruído e deixe de ser um regulamento rigoroso para a proteção da estrutura de cargos e carreiras. Exigimos que a direção da empresa respeite sua estrutura de carreira e não jogue fora os investimentos realizados no treinamento e qualificação que marcam nossos serviços.

O SINDÁGUA MG promove no próximo dia 12 uma Audiência Pública da Assembléia Legislativa de MG (ALEMG), quando será discutida a "Terceirização no Saneamento", com exposições de representantes do nosso sindicato, do SAEMG, Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho, Sicepot e Copasa. A audiência pública é patrocinada pela Comissão de Trabalho da ALEMG e será realizada no auditório da Copasa, às 15 horas.

Como aconteceu recentemente, quando foram realizados debates sobre a terceirização no setor elétrico, esta audiência pública sobre a mesma prática no saneamento ambiental traz discussões de grande seriedade, pois trata-se não apenas de discutir serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, mas, principalmente, por se tratar de uma atividade decisiva para a saúde pública.

A discussão do processo de terceirização de serviços fins de saneamento torna-se emergencial para proteger o exercício qualificado de mão de obra nos serviços públicos, para coibir o abuso do subemprego e garantir que a população resguarde as condições necessárias para seu melhor atendimento.



### NESTA EDIÇÃO



O Presidente do SINDÁGUA, José Maria, discursa na audiência na cidade de Barroso. **PÁGINA 3**

Diretoria do SINDÁGUA na reunião sobre a GDI. **PÁGINA 4**

### "A política geral do Estado é acabar com a terceirização"

A depender da secretária de Estado do Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas, Maria Emília Rocha Mello, a terceirização não terá terreno tão fértil para se infiltrar nas empresas públicas. Maria Emília confessa ser rigorosamente contrária à terceirização em áreas fins e critica também processos de desligamento compulsório de funcionários que atingem 58 anos, como acontece na Copasa. **PÁGINA 3**



Maria Emília, secretária de Estado